

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 2 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2015.**

Aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Procedimento de Empreitada - Ratificação – Processo MB – 35/2014. -----
2. Aprovação da minuta do Contrato de Parceria entre a Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad e o Município de Penamacor. -----
3. Atribuição de Apoio ao Rancho Folclórico de Aranhas. -----
4. Atribuição de transferência de capital para a Associação de Municípios da Cova da Beira. -----
5. Parecer Prévio – Renovação de Contrato de Prestação de Serviços. -----
6. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada no dia 9 de janeiro de 2015, cuja cópia foi antecipadamente distribuída.-----

Posta a votação, a ata foi aprovada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela queiram usar: -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado questionou acerca do processo de elaboração e delimitação das ARU's, quando virão ao executivo para aprovação e consulta pública. -----

Solicitou também o ponto de situação sobre a estratégia 25, para quando estará prevista a consulta aos membros do executivo, pois a informação do senhor presidente era de que teria lugar no final do ano transato. -----

Reportando-se à Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, no âmbito do “Portugal 2020”, saber se a mesma já se encontra definitivamente aprovada, em que ponto se encontra o processo de elaboração do plano de ação e que projetos âncora estão previstos para integrar o plano de ação no concelho de Penamacor. -----

O Sr. Presidente António Soares no respeitante ao processo de delimitação das duas ARU's em Penamacor e Bemposta, informou que o processo está praticamente concluído e que virão à reunião de câmara brevemente para aprovação. -----

Relativamente ao Plano Estratégico, referiu estar quase concluído. Informou que o atraso está relacionado com a necessidade de regulamentação do quadro comunitário. Em virtude deste atraso, prevê-se que só no mês de março o Plano Estratégico e o Plano de Ação fiquem definitivamente concluídos. Recordou que em termos territoriais, já foi aprovado o plano genérico da Comunidade da Beira Baixa e que os projetos âncora do concelho de Penamacor estão claramente identificados. -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado sugeriu ao senhor presidente a adoção do modelo de subvenção no que diz respeito ao modelo de governação, na contratualização dos projetos âncora de Penamacor a ser definidos no Plano de Ação da Comunidade Intermunicipal. -----

O Sr. Presidente António Soares deu conhecimento que vão ser iniciadas as obras de requalificação no centro da vila de Penamacor, que visam uma intervenção urbanística no espaço compreendido entre a Biblioteca Municipal e o Jardim da República. Disse que tentará minimizar os transtornos que a intervenção possa causar. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – PROCEDIMENTO DE EMPREITADA – RATIFICAÇÃO – PROCESSO MB – 35/2014. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Encontra-se a decorrer procedimento de formação de contrato da empreitada designada “Requalificação Urbana do Centro Norte de Penamacor”. O procedimento adotado na fase de formação de contrato foi, por força do valor estimado da despesa inicial, o concurso público, tendo o respetivo anúncio (nº 7280/2014) sido publicado na II Série do Diário da República nº 245, de 19 de dezembro de 2014. Por deliberação da Câmara Municipal de 9 de janeiro de 2015, a execução da empreitada foi adjudicada à sociedade António Lourenço, Lda., pelo valor da proposta de 139.818,97 Euros. -----

Por força do que dispõe o nº 1 do artigo 96º do Código dos Contratos Públicos, é à Câmara Municipal que competente aprovar a minuta do contrato a celebrar. Porém, dada a urgência na notificação da minuta ao adjudicatário, fundamentada na necessidade de promover a assinatura do contrato tão breve quanto possível, por razões que se prendem com o cumprimento de prazos nos processos de candidatura a fundos comunitários, foi a minuta aprovada por Despacho de 5 de janeiro. -----

Como tal, nos termos e para os efeitos do nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se agora que a Câmara Municipal delibere ratificar o Despacho de 13 de janeiro que aprovou a minuta do contrato”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

2 – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE PARCERIA ENTRE A ASSOCIAÇÃO REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL – ROTAS SEFARAD E O MUNICÍPIO DE PENAMACOR. -----

Foi presente à reunião de câmara minuta de contrato de parceria entre a Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad e o Município de Penamacor, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. ---
A minuta do contrato de parceria foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

3 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO RANCHO FOLCLÓRICO DE ARANHAS. ----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“É atribuição dos municípios zelar pelos interesses das respetivas populações, quer seja de forma direta quer através da atribuição de apoios a outras entidades. Os municípios têm ainda atribuições nos domínios do património e da cultura, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Revestem-se de interesse cultural para as populações do concelho e, designadamente, para a população da freguesia de Aranhas, as atividades e iniciativas promovidas pela Associação do Rancho Folclórico de Aranhas, destacando-se a realização do Festival das Tradições “Ainda Agora Aqui Cheguei”, evento que terá lugar nos dias 24 e 25 de janeiro de 2015. -----

Assim, proponho que, ao abrigo da competência prevista da alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado atribuir à Associação do Rancho Folclórico de Aranhas, um apoio financeiro no valor de €2.000,00 para realização do evento. -----

Mais proponho que seja aprovada em minuta a presente deliberação, nos termos e para os efeitos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

4 – ATRIBUIÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL PARA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA COVA DA BEIRA. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que a AMCB – Associação de Municípios da Cova da Beira candidatou e conseguiu a aprovação do projeto ProtecMun – Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos nos Municípios da AMCB, pelo Programa Operacional Regional do Centro – maisCentro que agora se encontra sob a alçada do Ministério da Administração Interna bem como do POVT; -----

Tratando-se de um projeto que possibilita equipar os Centros Municipais de Proteção Civil e desenvolver as ações de preparação antes de eventual acidente grave ou catástrofe, definindo a forma e organização dos vários setores que deverão estar aptos para a resposta imediata e eficaz em caso de emergência distrital; -----

Estando executado na presente data, propõe-se que seja deliberado ao abrigo da alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir o valor de €33.602,72 (Trinta e três mil seiscientos e dois euros e setenta e dois cêntimos), que corresponde à parte acordada para comparticipação do município no respetivo projeto; -----

Mais se propõe que seja aprovada em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

5 – PARECER PRÉVIO – RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Resulta do disposto no nº 1 do artigo 6º da Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril e pela Lei nº 83/2013, de 28 de novembro, em conjugação com os nºs. 5 e 12 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, que a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços depende de parecer prévio favorável do órgão Executivo, sob pena da nulidade do contrato. A necessidade de parecer prende-se com a verificação dos requisitos das alíneas do nº 6 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, conforme se conclui do nº 12 do mesmo dispositivo legal.

Sucede que foi celebrado em 10 de fevereiro de 2014 um contrato de prestação de serviços de avença com o Sr. Vítor Pinheiro Gil, para prestar serviços de designer gráfico, designadamente apoio na operacionalização e introdução de conteúdos em *backoffice* no *site* da CMP e produção de páginas eletrónicas de serviços, *web design* e atualização e de colaboração na preparação e edição do Boletim Informativo, da Agenda Cultural e Desportiva, na paginação de publicações, brochuras, cartazes, etc.. O contrato, cuja execução decorre, foi celebrado pelo prazo de um ano. Porém, existe interesse na manutenção da relação contratual para continuidade do apoio técnico na área objeto do contrato, pelo que se propõe promover a renovação do contrato por igual e sucessivo período. Para o efeito, há pois que obter prévio parecer favorável da Câmara Municipal, dando cumprimento ao disposto no já referido nº 12 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, comprovando-se os seguintes requisitos: -----

- Verificação de que, nos termos do nº 12 conjugado com a alínea a) do nº 6 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e com o artigo 32º, nº 2 e alínea a) do nº 1 da LTFP, se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público, sem que o prestador de serviço esteja sujeito à direção, disciplina e horário dos serviços. Com efeito, o prestador de serviços

pode desenvolver as atividades em horário e local da sua conveniência, tratando a informação que lhe for remetida pelos vários serviços municipais para publicação. -----

- Cumprimento da norma de redução remuneratória prevista no nº 1 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31.12, nos termos do nº 12 conjugado com a alínea c) do nº 6 do mesmo artigo e o nº 1 do artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro. Quanto a este requisito, não há neste caso lugar a redução remuneratória, conforme resulta do nº 9 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31.12, na medida em que o contrato que agora se pretende renovar foi já objeto da redução então feita ao abrigo do nº 1 do artigo 73º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, aquando da celebração. Há, isso sim, lugar à reversão prevista no artigo 4º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro. Calcula-se por isso a reversão de 20% sobre o montante da redução remuneratória aplicada aquando da celebração do contrato. Assim, tendo sido de € 53,75 o valor da redução aplicada em 2014, ocorre agora em sede de renovação a reversão de 20% desse valor, que é de € 10,75. Em consequência, o valor da prestação mensal a suportar com a avença, que tem sido de € 987,92 (despesa anual de € 11.855,04 acrescida de IVA), passará a ser de 998,67 (despesa anual de 11.984,04 acrescida de IVA). -----

- Cumprimento das disposições do Código dos Contratos Públicos para formação do contrato que iniciou os seus efeitos em fevereiro de 2014, tendo-se cumprido o requisito que agora resulta do nº 12 conjugado com a alínea a) do nº 6 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e com o artigo 32º, nº 2 e alínea b) do nº 1 da LTFP; -----

- Existência, conforme documento em anexo, de cabimento orçamental para a despesa, que é de € 11.984,04 acrescida de IVA, a pagar em 12 prestações certas mensais de € 998,67, correspondentes ao período de renovação, nos termos do nº 12 conjugado com a alínea b) do nº 6 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31.12. -----

- Demonstração pelo prestador de serviços de que tem regularizadas a situação fiscal e perante a segurança social, nos termos do nº 12 conjugado com a alínea a) do nº 6 do 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31.12 e o artigo 32º, nº 2 e alínea c) do nº 1 da LTFP , conforme se demonstra pelos documentos em

anexo. -----

Acresce que: -----

- Para efeitos da assunção de compromissos plurianuais, foi concedida autorização genérica pela Assembleia Municipal na sessão de 29 de dezembro de 2014, nos termos do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho;
- Não há lugar ao procedimento prévio de verificação de inexistência de pessoal em situação de requalificação mencionado no artigo 24º da Lei 80/2013, de 28 de novembro e previsto na Portaria nº 48/2014, de 26 de fevereiro, pela razões e fundamentos que constam das conclusões da Reunião de Coordenação Jurídica de 15 de maio de 2014, homologada por Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Local em 15 de julho e, ainda, por força do que resulta do ponto 22 do Acordo entre o Governo de Portugal e a Associação de Municípios Portugueses, celebrado em 8 de julho de 2014. -----

Assim, verificados os requisitos previstos no nº 12 conjugado com o nº 6 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, proponho: -----

Que seja deliberado emitir parecer prévio favorável à renovação por igual e sucessivo período de 1 ano, do contrato de prestação de serviços celebrado em 10 de fevereiro de 2014 com o Sr. Vítor Pinheiro Gil". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 661.473,26 euro e uma despesa também acumulada de 337.144,04 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não havia público presente na reunião. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram onze horas e quinze minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares